



improvecenter

01

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As questões ambientais
na estratégia das empresas



improvecenter



Ficha Técnica

Título:

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

As questões ambientais na estratégia das empresas

Colecção:

Guias Práticos Ambientais em Empresas

Autor:

Projecto Improve Center

Impressão:

Via email

Produção Gráfica e Paginação:

Farol do Vento

Promotor:

ANJE



improvecenter

01

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As questões ambientais
na estratégia das empresas

ÍNDICE

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - As questões ambientais na estratégia das empresas	6
A Política de Sustentabilidade em Portugal	9
Comunicar o Desenvolvimento Sustentável	11
O ambiente como estratégia empresarial	12
Benefícios da administração com consciência ecológica	14
Pegada Ecológica	15
Referências bibliográficas	18

01



AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As questões ambientais na estratégia das empresas

A Gestão Ambiental tem vindo a assumir um espaço crescente no seio empresarial. O desenvolvimento de uma consciência ecológica em diferentes ramos e sectores da sociedade mundial envolve significativamente o sector empresarial, embora este sector evidencie lacunas fortes no que respeita a uma gestão ecorresponsável dos recursos naturais.

As alterações sócio-económicas visíveis nos últimos anos afectam de modo directo o comportamento organizacional e de gestão das empresas, limitando as estratégias de intervenção das mesmas.

Actualmente, a organização reconhece que o seu sucesso económico e/ou financeiro tangível se encontra forçosamente ligado ao desempenho ambiental e social inerente. Nesta perspectiva verifica-se um especial enfoque das empresas na integração de práticas sustentáveis que consigam promover uma atenção de destaque às três dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e económica, a chamada base tríplice. Ao ser responsável, uma empresa reconhece e recolhe benefícios tais como o aumento da sua visibilidade e intervenção no mercado, através do aumento do número de consumidores tradicionais e com a chegada de novos consumidores e mercados.

Muitos dos sectores reconhecidos no sector de actividade pesca, agricultura, entre outros, estabeleceram práticas de certificação no que concerne à valorização de empresas responsáveis, com o objectivo primeiro de encorajar o usufruto sustentável e a protecção da biodiversidade.

O factor ambiental tem vindo a mostrar a necessidade de adaptação das empresas e consequente-

mente direcciona novos caminhos para sua expansão.

A responsabilidade empresarial no que respeita à temática ambiental deixou de constituir uma imposição para se transformar numa atitude voluntária por parte dos colaboradores. Compreender a atitude dos colaboradores face à mudança, torna-se fundamental para o entendimento da competitividade de mercado.

Inicialmente, o desafio parecia oferecer alguns desconfortos e barreiras às organizações, contudo demonstra traduzir uma oportunidade para que as mesmas implementem e experimentem práticas sustentáveis não apenas em resposta directa às exigências legais mas também como uma intenção de obter vantagens competitivas no mercado actual.

Com a implementação de práticas empresariais sustentáveis e o reajuste de valores e princípios de orientação nos sistemas operacionais, os conceitos de desenvolvimento sustentável e preservação do ambiente passam a incorporar todas as acções das empresas.

A procura de excelência por parte das empresas passa a ter como objectivos a qualidade nas relações existentes com os *stakeholders* e a sustentabilidade nos seus três pilares: económica, social e ambiental.

Independentemente da variedade de instrumentos e normas que auxiliam e sustentam o processo, a gestão empresarial atravessa um lento percurso de transformação e tomada de decisão por parte das organizações.

Um grande desafio das empresas neste novo cenário é provar aos seus accionistas que, a longo prazo, o investimento em acções sustentáveis se traduz em maiores lucros e numa maior garantia da continuidade de negócio, posicionando a empresa num patamar de concorrência e competitividade que a pode distinguir positivamente das concorrentes. São ainda poucas as empresas que, no plano nacional, tenham desenvolvido ou implementado estratégias de gestão ambiental. Situação que se verifica por diversos factores, entre os quais se destacam, a ausência de conhecimentos sólidos e credíveis sobre a temática em causa, e a consequente lacuna visível na falta de motivação.

Reforçando o conceito de Desenvolvimento Sustentável, segundo a definição de Bruntland - Desenvolvimento Sustentável é aquele que permite às gerações presentes suprirem as suas necessidades, sem comprometer a capacidade das gerações futuras fazerem o mesmo. De um modo simples é possível analisar o entendimento entre Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Insustentável.



Fig.1 - Desenvolvimento económico e tecnológico não sustentável



Fig. 2 - Desenvolvimento económico e tecnológico sustentável

Se analisarmos as diversas definições existentes para Desenvolvimento Sustentável, é possível assumir que se resume a um conceito de igualdade intra e inter-gerações principalmente, tendo em conta as perspectivas ambientais, económicas e sociais que envolve.

As questões do inerentes ao Desenvolvimento Sustentável, quando analisadas numa perspectiva global, assumem contornos muito mais preocupantes, que implicam a uma maior responsabilização dos países desenvolvidos.

É necessário reflectir sobre:

- O crescimento exponencial da concentração de CO₂ na atmosfera;
- O aumento da temperatura média do planeta desde o início do século XX;
- O crescimento exponencial da taxa demográfica.



A POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE EM PORTUGAL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável ouviu-se pela primeira vez em 1987, aquando da *World Commission on Environment and Development (WCED)* – Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento –, presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Foi definido como “o desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”.

A Comissão de *Brundtland* referiu a necessidade do mundo potenciar uma forma de desenvolvimento que asse no equilíbrio entre o crescimento económico, coesão social e na protecção e valorização do ambiente.

Foi em 1998 que o tema da Sustentabilidade começou a evidenciar destaque em Portugal. Em 2002, aquando da preparação para a Cimeira Mundial de Joanesburgo, e no seguimento dos compromissos assumidos no âmbito da Agenda 21, Portugal apresentou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). Em Julho de 2004, foi apresentada uma nova proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2005-2015), contemplando a versão de 2002 e integrando os três pilares do Desenvolvimento Sustentável. Este documento revela as linhas de orientação estratégica de desenvolvimento para o país até 2015.

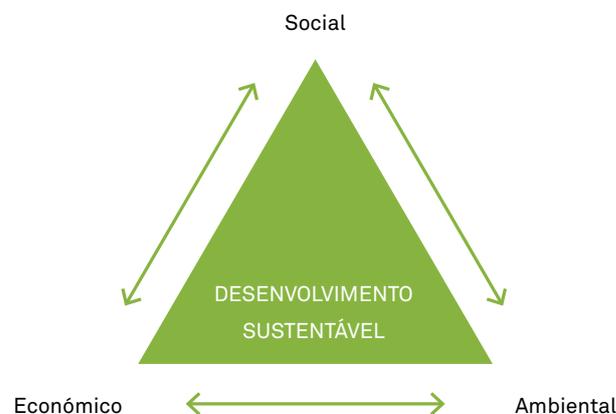


Fig. 3 - Esquema sobre os 3 pilares da sustentabilidade

A ENDS define sete objectivos de acção:

Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”: Acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico; Melhorar as qualificações humanas.

Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética: Acelerar o crescimento da economia portuguesa; Crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis; Criação de emprego.

Melhor Ambiente e Valorização do Património: Protecção do Ambiente; Combate às alterações climáticas; Preservação e valorização do património construído.

Mais Equidade, Igualdade de Oportunidade e Coesão Social: Garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social; Sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social; Combate à info-exclusão.

Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: Reduzir o impacte negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu; Valorizar o papel das cidades, como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização.

Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional: Sublinhar o compromisso de Portugal com o projecto europeu e a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global.

Administração Pública mais Eficiente e Modernizada: Promover a modernização da Administração Pública como elemento fundamental para uma governação qualificada e para uma maior eficiência na prestação.

Para a implementação dos objectivos propostos, foi desenvolvido um instrumento dinâmico e flexível designado por Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS).



PRINCIPAIS MARCOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



COMUNICAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Comunicar o Desenvolvimento Sustentável faz nos dias de hoje parte da estratégia das empresas. As empresas que pretendam adoptar os princípios de Desenvolvimento Sustentável devem, antes de mais, analisar e reavaliar a sua realidade para então definir os objectivos estratégicos e clarificar os grupos de interesse. O compromisso que a empresa estabelece com o Desenvolvimento Sustentável deve ser comunicado a nível interno e externo, para que se promova a transparência e o envolvimento de todos na operacionalização. É neste contexto que surgem os Relatórios de Sustentabilidade, que enquanto via de comunicação permitem divulgar o diagnóstico dos principais pontos fortes e algumas debilidades que possam advir do seu desempenho.

Para a imagem exterior das organizações, os relatórios são uma oportunidade de transparência, melhoria da reputação, aumento da fidelidade, compromisso com os diferentes *stakeholders*, podendo a longo prazo assegurar a competitividade das empresas.



O AMBIENTE COMO ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

O ambiente revela-se um factor muito importante no seio empresarial, contribuindo para que as organizações se direccionem rumo a novos caminhos, através de uma nova visão empresarial, novos objectivos e estratégias de investimentos que conduzem e procuram dar resposta à realidade do mercado global.

Os recursos naturais são esgotáveis e até mesmo finitos quando usados de uma forma inconsciente, no entanto, ao longo dos últimos 30 anos constata-se que os mesmos são encarados apenas como matéria-prima no que se refere ao seu processo produtivo.

Um aspecto fundamental para a mudança destaca a percepção de que o mundo encarado como máquina terá que ceder a um mundo como sistema vivo. A mudança exigida diz respeito à percepção da natureza, do organismo humano, da sociedade e, ainda, à respectiva percepção de uma organização de negócios. O novo paradigma necessita ser acompanhado por uma alteração positiva e significativa de valores, reforçando o salto da expansão para a conservação, da quantidade para a qualidade, da denominação para a parceria.

BONS EXEMPLOS...

Delta ReThink-ecoproject

ENVOLVIMENTO

A Delta, como marca responsável, tem presente o seu dever de contribuir para que os princípios ligados à sustentabilidade do planeta sejam, cada vez mais, um critério de selecção importante para os consumidores. Tem vindo a ser desenvolvido um esforço de comunicação responsável no mercado, para a sensibilização dos consumidores sobre a problemática do desenvolvimento sustentável e contribuição para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

OBJECTIVOS

O projecto Delta ReThink tem por objectivo a investigação industrial no âmbito da prevenção da produção de resíduos sólidos provenientes da nossa actividade industrial, com especial ênfase nos resíduos associados aos produtos Delta Q e Delta Office (café em cápsulas individuais de plástico) e para a recolha da borra de café da principal “franja” de mercado que detém, o canal HoReCa (Hotéis, restaurantes e cafés), tentando assim maximizar todo o ciclo de recuperação e valorização dos resíduos, seguida da redução, reutilização e reciclagem dos mesmos. Também se enquadram a fase de tratamento, procurando estudar o melhor método tecnológico que possibilite o tratamento adequado e com segurança dos resíduos, preferencialmente com a extracção de subprodutos de valor acrescentado para o mercado e a sua valorização energética e/ou material.

O objectivo último é o de garantir a sustentabilidade do ciclo do café desde a plantação até à reutilização/reciclagem/valorização dos resíduos decorrentes da actividade do café.

ACTIVIDADES/DESAFIOS/RESULTADOS

Desenho do sistema logístico de localização dos “Capsulões”, recolha, transporte, armazenagem das cápsulas e da borra de café.

Esta actividade, a cargo da UNIDEMI, tem por objectivo formular um sistema logístico óptimo de recolha, transporte e separação de resíduos. Numa primeira fase iniciámos com os resíduos gerados pelos produtos Delta Q e Delta Office, com a identificação de pontos estratégicos de recolha das cápsulas de café usadas (chamados de

“Capsulões”) e o aproveitamento dos sistemas de recolha de resíduos já existentes a nível nacional e estabelecer parcerias com esses eco-parceiros. (...) Em 2010, ainda sem uma grande divulgação do projecto, conseguiu-se recolher 477 000 cápsulas de café e 12 toneladas de borra de café.

Desenvolvimento do “Capsulão” – Desenvolver os reservatórios onde os particulares poderão colocar as suas cápsulas e borras.

Esta actividade, a cargo da Diverge, tem por objectivo o desenvolvimento dos “Capsulões” (recipientes onde o consumidor poderá colocar as suas cápsulas de café). Para além do carácter funcional, o “Capsulão” funcionará tanto como um ponto de contacto privilegiado com o consumidor, para a divulgação da política de sustentabilidade ambiental e de inovação da Delta Cafés, assim como de um meio de sensibilização dos consumidores para a necessidade de efectuarem a reciclagem de materiais.

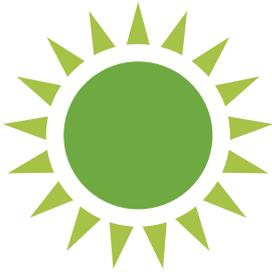
Desenvolvimento de uma máquina de café integrando materiais reciclados e um sistema para guardar as cápsulas usadas (“Capsulãozinho”).

Esta actividade, a cargo da Tecnidelta e da Diverge e ainda em execução, visa a obtenção de uma máquina de café do sistema Delta Q que se diferencie totalmente das máquinas que actualmente existem no mercado, através da utilização de materiais reciclados, na redução dos consumos energéticos e na incorporação de uma bateria de baixo consumo e emissões. Pretende-se ainda desenvolver um reservatório de armazenagem das cápsulas (Capsulãozinho) que possa ser comercializado/oferecido juntamente com a máquina, onde o consumidor poderia guardar as cápsulas para posterior depósito no “Capsulão”.

Valorização dos resíduos

Nesta actividade, a cargo do IBET, pretende-se identificar os subprodutos que se podem obter a partir dos resíduos, com especial incidência na borra do café e na cascarilha, avaliar o seu potencial de inovação e de valor acrescentado para o mercado e estudar a viabilidade económico-financeira desta actividade.

in Anuário de Sustentabilidade 2011, BioRumo



BENEFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO COM CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

São várias as razões pela qual é benéfico, para uma empresa ou organização, implementar os princípios básicos da consciência ecológica.

Sobrevivência humana	A consciência ecológica está na base de uma economia com consciência que consequentemente assegura a sobrevivência humana.
Consenso público	Só o consenso entre a população e a comunidade de negócios garante a economia de mercado.
Oportunidade de mercado	A consciência ecológica determina oportunidades em mercados que se encontrem em rápido crescimento.
Redução de riscos	A consciência ecológica evita que as empresas corram o risco de serem responsáveis por danos ambientais, que potencialmente envolvam imensas somas de dinheiro.
Reduções de custos	A consciência ecológica permite diversas oportunidades de redução de custos.
Integridade pessoal	A administração que apresente uma consciência ecológica motiva os seus quadros, tornando-os capazes de se identificarem totalmente com seu trabalho.

A gestão de qualidade empresarial passa pela obrigatoriedade da necessidade de implementação de sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matéria-prima, as potencialidades do quadro humano criativo, as comunidades locais. Actividades como a reciclagem, o incentivo à diminuição do consumo, o controle da produção de resíduos, a capacitação permanente dos quadros profissionais, em diferentes níveis e escalas de conhecimento, estimulam o trabalho em equipa as acções criativas.

A competitividade moderna exige das indústrias uma adequação ao ambiente, proporcionando o aparecimento de indústrias de produtos e serviços ambientais, designadas como “indústrias verdes”, que apresentam actividades especializadas e direccionadas à criação e desenvolvimento de processos, serviços e equipamentos que visam diminuição ou eliminação da poluição, como por

exemplo: reciclagem de resíduos, filtros, catalisadores, entre outros.

Os resultados obtidos pelas empresas que apostam nas novas tecnologias e que incorporam o ambiente na sua gestão, não apresentam resultados imediatos. É necessária garantir que todos os passos de implementação foram correctamente planeados e monitorizados e organizados e que existe uma interiorização da variável ambiental na organização para que se atinja o conceito de excelência ambiental, traduzindo-se numa vantagem competitiva.



PEGADA ECOLÓGICA

Um outro conceito igualmente interessante para o entendimento do Desenvolvimento Sustentável é a Pegada Ecológica.

O conceito de Pegada Ecológica foi desenvolvido para tentar explicar e destacar o impacte que as cidades apresentam sobre o ambiente, e é representado pela área do território que é necessária para fornecer os recursos necessários e absorver os resíduos gerados pela comunidade.

É necessário avaliar as inter-relações existentes nas diversas actividades numa perspectiva alargada às questões ambientais e sociais indispensáveis ao desenvolvimento da sociedade.

O número de organizações que incluem na sua estratégia os princípios da sustentabilidade crescem a cada passo, deixando antever que estão lançadas as fundações para uma verdadeira cultura empresarial assente e envolvida nos três pilares, nos quais é suposto também gerar valor: económico, ambiental e social.

GLOSSÁRIO

Biodiversidade – Pode ser definida como a variedade e a variabilidade existente entre os organismos vivos e as complexidades ecológicas nas quais elas ocorrem. Corresponde a uma associação de vários componentes hierárquicos: ecossistema, comunidade, espécies, populações e genes em uma área definida. Refere-se, portanto, à variedade de vida no planeta Terra, incluindo a variedade genética dentro das populações e espécies, a variedade de espécies da flora, da fauna, de fungos macroscópicos e de microrganismos, a variedade de funções ecológicas desempenhadas pelos organismos nos ecossistemas; e a variedade de comunidades, habitats e ecossistemas formados pelos organismos.

Camada de ozono – Corresponde à camada superior de protecção da atmosfera terrestre, cerca de 24 km acima do solo, contendo ozono que absorve alguns dos raios ultravioletas provocados pelo sol, reduzindo assim o potencial perigo de radiação na superfície terrestre.

Certificação Ambiental – Do ponto de vista de políticas públicas, a certificação ambiental é um instrumento que se destina a educar consumidores sobre os impactes ambientais da produção, uso e eliminação de produtos, levando a uma mudança no padrão de consumo e, assim, reduzir os seus impactes negativos no ambiente.

Desenvolvimento – A utilização dos recursos físicos, financeiros e humanos no sentido de satisfazer as necessidades do ser humano, e que implica alterações na biosfera. O desenvolvimento refere-se não só ao crescimento da indústria, comércio e infra-estruturas, mas também das condições sanitárias, educação, medicina, serviços de saúde, habitação, parques nacionais, instalações turísticas e recreativas.

Desenvolvimento Sustentável – É um conceito sistémico que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspectos de desenvolvimento ambiental. Foi usado pela primeira vez em 1987, no Relatório Brundtland, um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas. A definição mais usada para o desenvolvimento sustentável é: O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (Relatório Brundtland). O campo do desenvolvimento sustentável pode ser conceptualmente dividido em três componentes: a sustentabilidade ambiental, sustentabilidade económica e sustentabilidade sócio-política.

EMAS – Em português, Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (SCEA) é um mecanismo voluntário destinado a empresas e organizações que se querem comprometer a avaliar, a gerir e a melhorar o seu desempenho ambiental, possibilitando evidenciar, perante terceiros e de acordo com os respectivos referenciais, a credibilidade do seu Sistema de Gestão Ambiental e do seu desempenho ambiental.

Estudo de Impacte Ambiental (EIA) – É um documento técnico onde se avaliam as consequências para o ambiente decorrentes de um determinado projecto. Nele encontram-se identificados e avaliados de forma imparcial e meramente técnica os impactes que um determinado projecto poderá causar no ambiente, assim como apresentar medidas mitigadoras. Por estas razões, é um importante instrumento de avaliação de impacto ambiental (AIA). No âmbito da lei Portuguesa, um Estudo de Impacte Ambiental é um documento elaborado no âmbito do procedimento de uma Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Este documento deve conter uma descrição sumariada do projecto, assim como identificar e avaliar os possíveis impactes que o projecto em análise possa causar, apresentar um cenário previsível da evolução da situação sem a realização do projecto, assim como apresentar medidas mitigadoras ou compensadoras dos impactes negativos. Por fim, deve conter um Resumo não técnico (RNT) de todas estas informações.

Gases com efeito de estufa (GEE) – Inclui o dióxido de carbono (CO₂), o óxido nitroso (N₂O) ou o metano (CH₄) que constituem os principais responsáveis pelo chamado efeito de estufa.

Gestão Ambiental – É a administração do exercício de actividades económicas e sociais de modo a utilizar racionalmente os recursos naturais, renováveis ou não. A gestão ambiental deve incidir no uso de práticas que garantam a conservação e preservação da biodiversidade, a gestão da produção de resíduos e a redução do impacto ambiental das actividades humanas sobre os recursos naturais. A prática da gestão ambiental introduz a variável ambiental no planeamento empresarial, e quando bem aplicada, permite a redução de custos directos - pela diminuição do desperdício de matérias-primas e de recursos cada vez mais escassos e mais dispendiosos, como água e energia - e de custos indirectos - representados por sanções e indemnizações relacionadas a danos ao meio ambiente ou à saúde humana.

Gestão dos resíduos sólidos – Utilização de várias práticas para tratar os resíduos sólidos. Inclui redução na fonte, reutilização, reciclagem, incineração, deposição em aterro e valorização de produtos finais.

Impacte ambiental – É a alteração no meio ambiente ou em algum de seus componentes por determinada acção ou actividade humana. Estas alterações devem ser quantificadas pois apresentam variações relativas, podendo ser positivas ou negativas, grandes ou pequenas. O objectivo do estudo dos impactes ambientais é, principalmente, o de avaliar as consequências de algumas acções, permitindo a prevenção da qualidade de determinado ambiente que poderá sofrer a execução de certos projectos ou acções, ou logo após a implementação dos mesmos.

ISO – A sigla ISO vem do inglês *International Organization for Standardization*, ou seja, Organização Internacional de Padronização. A ISO é uma Organização Não Governamental que está presente em cerca de 120 países. Fundada em 1947 em Genebra, tem a função de promover a normalização de produtos e serviços, utilizando determinadas normas para que a qualidade dos produtos seja sempre melhorada. Em Portugal, a entidade que regulamenta a ISO é o Instituto Português da Qualidade.

Norma ISO 14001 – Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. São especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

Recursos naturais – São elementos da natureza com utilidade para o Homem, com o objectivo do desenvolvimento da civilização, sobrevivência e conforto da sociedade em geral. Podem ser renováveis, como a energia do Sol e do vento – a água, o solo e as árvores, que são considerados limitados, são chamados de potencialmente renováveis -, e ainda não renováveis, como o petróleo e minérios em geral.

Responsabilidade Social Empresarial (RSE) – É um conceito, segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Com base nesse pressuposto, a gestão das empresas não pode e/ou não deve ser norteadas apenas pelo cumprimento de interesses dos proprietários das mesmas, mas também por outros detentores de interesses como, por exemplo, os trabalhadores, comunidades locais, clientes, fornecedores, autoridades públicas, concorrentes e a sociedade em geral.

Sanções – Acções tomadas pelo governo quando o planeamento ou a implementação de um plano de melhoramento fracassa. Nestas acções podem ser incluídas a retenção de fundos e a suspensão da construção de novas fontes de potencial poluição.

Sistema de Gestão Ambiental – É um dos instrumentos com mais potencialidades para o alcance de um comportamento ecoeficiente pelas empresas, sendo o principal objectivo a integração da Gestão Ambiental nos seus sistemas de gestão global.

Stakeholders – Termo inglês utilizado para representar as partes interessadas associadas à actividade de determinada empresa e todos aqueles sobre os quais a empresa tem qualquer tipo de influência. Este termo é bastante utilizado num contexto de Responsabilidade Social e representa todos os “actores” da empresa (colaboradores, clientes, fornecedores, accionistas e administradores), os “observadores” (o Estado, os sindicatos, as instituições e a comunicação social) e a sociedade civil (associações da região onde está implantada a empresa).

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg6/anais/T10_0240_1195.pdf

http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_IX.pdf

<http://www.gestiopolis.com/Canales4/ger/buscestrategias.htm>

CONTACTOS

ANJE – Associação Nacional Jovens Empresários

Morada: Casa do Farol, Rua Paulo da Gama
4169-006 Porto
Tel. 22 010 80 00
Fax. 22 010 80 10
email. anje@anje.pt
improvecenter@anje.pt
www.anje.pt

ANJE – ALGARVE

ANJE- Associação Nacional de Jovens Empresários
Estrada da Penha, 8000-489 Faro
Tel. 289 862 902
e-mail: odrigobeja@anje.pt

ANJE – COIMBRA

ANJE- Associação Nacional de Jovens Empresários
Parque de Exposições da ACIC,
Alto da Relvinha 3020-365 Coimbra
Tel. 239 496 374
e-mail: nunogaspar@anje.pt

ANJE – LISBOA

ANJE- Associação Nacional de Jovens Empresários
Quinta de Santa Marta,
Estrada da Circunvalação, 1495 Algés
Tel. 21 413 46 60
e-mail: anacristina@anje.pt

ANJE – ALENTEJO

ANJE- Associação Nacional de Jovens Empresários
Rua Frei José Maria nº5, Vila Lusitano
7005-495 Évora
Tel. 266 707 007
e-mail: cctarino@anje.pt

BioRumo - Consultoria em Ambiente e Sustentabilidade LDA

Morada: Edifício Capitólio, Av. De França, 256, E3.1

4050 – 276 Porto

Tel. 228 349 580

Fax. 228 349 589

email. geral@biorumo.com

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

Morada: Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar – Edifício A

1649 – 038 Lisboa

Tel. 213 836 000

Fax. 213 836 283

e-mail. info@iapmei.pt

www.iapmei.pt

BCSD Portugal – Conselho Empresarial Para o Desenvolvimento Sustentável

Morada: Av. de Berna, nº 11, 8º Andar.

1050-036 Lisboa, Portugal

Tel. 217 819 001

Fax. 217 819 126

email. info@bcspdportugal.org

www.bcsdportugal.org

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

Morada: Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal - Ap. 7585

2611-865 Amadora

Tel. 21 472 82 00

Fax. 21 471 90 74

www.apambiente.pt

Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

Morada: Praça do Comércio

1149-010 Lisboa

Tel. 213 234 600

Fax. 213 234 601

e-mail. geral@min-agricultura.pt

www.min-agricultura.pt

Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P. - ARH Alentejo

Morada: Rua da Alcárcova de Baixo, n.º 6 - Apartado 2031

7001-901 Évora

Tel. 266 768 200

Fax. 266 768 230

e-mail. geral@arhalentejo.pt

www.arhalentejo.pt

Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P. - ARH Algarve

Morada: Rua do Alportel, n.º 10-2º

8000-293 Faro

Tel. 289 889 000

Fax. 289 889 099

e-mail. presidencia@arhalgarve.pt

www.arhalgarve.pt

Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. - ARH Centro

Morada: Edifício Fábrica dos Mirandas - Avenida Cidade Aeminium
3000-429 Coimbra
Tel. 239 850 200
Fax. 239 850 250
e-mail. geral@arhcentro.pt
www.arhcentro.pt

Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P. - ARH Norte

Morada: R. Formosa, n.º 254
4000 Porto
Tel. 223 400 000
Fax. 223 400 010
e-mail. geral@arhnorte.pt
www.arhnorte.pt

Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. - ARH Tejo

Morada: Rua Braamcamp, n.º 7
1250-048 Lisboa
Tel. 211 554 800
Fax. 211 554 809
e-mail. geral@arhtejo.pt
www.arhtejo.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo-CCDRLVT

Morada: Rua Artilharia Um, n.º 33
1269-145 Lisboa
Tel. 213 837 100
Fax. 213 831 292
e-mail. geral@ccdr-lvt.pt
www.ccdr-lvt.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - CCDRA

Morada: Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 193
7004-514 Évora
Tel. 266 706 562
Fax. 266 740 300
e-mail. expediente@ccdr-a.gov.pt
www.ccdr-a.gov.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve - CCDR-ALG

Morada: Praça da Liberdade, n.º 2
8000-164 Faro
Tel. 289 895 200
Fax. 289 807 623
e-mail. geral@ccdr-alg.pt
www.ccdr-alg.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC

Morada: Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80
3000-069 Coimbra
Tel. 239 400 100
Fax. 239 400 115
e-mail. geral@ccdr.pt
www.ccdr.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - CCDRN

Morada: Rua Rainha D. Estefânia, n.º 251
4150-304 Porto
Tel. 226 086 300
Fax. 226 061 489
e-mail. geral@ccdr-n.pt
www.ccdr-n.pt

CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Morada: Rua São Domingos à Lapa, 26
1200- 835 Lisboa
Tel. 21 392 99 25 / 21 392 99 26 / 21 392 99 27
Fax. 21 392 99 29
e-mail. cnads@sg.maot.gov.pt
www.cnads.pt

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais - DPP

Morada: Av. D. Carlos I, n.º 126
1249-073 Lisboa
Tel. 213 935 200
Fax. 213 935 208
e-mail. dic@dpp.pt
www.dpp.pt

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU

Morada: Campo Grande, n.º 50
1749-014 Lisboa
Tel. 217 825 000
Fax. 217 825 003
e-mail. dgotdu@dgotdu.pt
www.dgotdu.pt

Gabinete de Planeamento e Políticas - GPP

Morada: Rua Padre António Vieira, n.º 1
1099-073 Lisboa
Tel. 213 819 300
Fax. 213 876 635
e-mail. gpp@gpp.pt
www.gpp.pt

Secretaria-Geral [ex-MAOT]

Morada: Rua de “O Século”, n.º 51, 3.º
1200-433 Lisboa
Tel. 213 231 500
Fax. 213 231 530
e-mail. relacoes.publicas@sg.maot.gov.pt
www.sg.maot.gov.pt

Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Morada: Rua de O Século, n.º63 (Bairro Alto)
1249-033 Lisboa
Tel. 21 321 55 00
Fax. 21 321 55 62
e-mail. igaot@igaot.pt
www.igaot.pt/

Agência Europeia do Ambiente

Morada: Kongens Nytorv 6
1050 Copenhagen K
Denmark
Tel. (+45) 33 36 71 00
Fax. (+45) 33 36 71 99
www.eea.europa.eu/pt

Programa de Ambiente das Nações Unidas

Morada: United Nations Avenue, Gigiri
30552, 00100
Nairobi, Kenya
Tel. (254-20) 76 21 234
Fax. (254-20) 76 24 489/90
e-mail. unepinfo@unep.org
www.unep.org

